

EXTRAJUDICIAL – MEIO AMBIENTE

Inquérito Civil n. 06.2021.00003125-0

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Substituto signatário, e **EVERSON LUIS MATOSO**, brasileiro, solteiro, tabelião, portador do RG n. 62.893.443/PR e inscrito no CPF sob o n. 000.579.219-38, nascido em 10-2-1975, natural de Canoinhas/SC, filho de Olinda Koch Matoso, residente na Avenida Atlântica, n. 378, bairro Centro, município de Balneário Camboriú/SC; **JOSÉ ANTÔNIO MATOSO NETO**, brasileiro, divorciado, desempregado, portador do RG n. 4.355.059-4 e inscrito no CPF sob o n. 655.517.539-72, nascido em 9-12-1968, natural de Canoinhas/SC, filho de Olinda Koch Matoso, residente na Rua Getúlio Vargas, n. 10, bairro Centro, município de Cruz Machado/PR; e a pessoa jurídica **AUTO POSTO DO VALE LTDA**, inscrita no CNPJ n. 82.828.591/0001-54, com endereço na Rua Brasil, n. 7, bairro Centro, Videira/SC, ora denominados **COMPROMISSÁRIOS**, neste ato acompanhados pelo causídico Rubens Márcio Pavarin (OAB/SC 18.433), nos autos do Inquérito Civil n. **06.2021.00003125-0**, com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019:

CONSIDERANDO que, na data de 23-6-2008, o Ministério Público de Santa Catarina ajuizou a Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079 em desfavor de Everson Luis Matoso, José Antônio Matoso Neto e Auto Posto do Vale Ltda, ora compromissários, atribuindo-lhes a prática de danos ambientais consistentes em poluição hídrica causada pelo lançamento de resíduos sólidos e líquidos em desacordo com as exigências legais e regulamentares;

CONSIDERANDO que no bojo da citada Ação Civil Pública ficou comprovado que os resíduos sólidos e líquidos produzidos pelo Auto Posto do Vale Ltda., após a passagem por uma caixa de retenção desativada e sem manutenção, seguiam através da tubulação de esgoto até alcançar, sem tratamento, o Rio do

Peixe;

CONSIDERANDO, ainda, que o Auto Posto do Vale Ltda. desenvolvia atividade potencialmente poluidora e funcionava sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, contrariando as normas legais e regulamentares;

CONSIDERANDO que, em razão desses fatos, Everson Luis Matoso, José Antônio Matoso e Auto Posto do Vale Ltda, foram condenados, por sentença publicada em 24-3-2011, a pagar o montante de R\$ 3.495,71 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos), a título de danos materiais, acrescidos de juros remuneratórios e correção monetária, com base no IGP-DI até março de 2006 e INPC a partir de abril de 2006, a contar de 29-5-2001, mais juros moratórios de 1% ao mês, contados da citação;

CONSIDERANDO que, à época, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA** não recorreu da aludida sentença;

CONSIDERANDO que, todavia, após a interposição de recurso de apelação pelos então réus, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina reconheceu a nulidade de todos os atos da Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079 a partir do despacho que determinou a citação;

CONSIDERANDO que, diante da anulação promovida pelo Tribunal de Justiça, os autos retornaram a origem e tiveram seu trâmite reiniciado;

CONSIDERANDO que, diante disso, a relação jurídica decorrente do ajuizamento da Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079 já perdura por mais de 13 (treze) anos e que já se passaram mais de 20 (vinte) anos desde a data dos fatos, sem que houvesse a efetiva solução da demanda;

CONSIDERANDO que, na data de 3-2-2021, foi juntada aos autos da Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079 petição do réu Everson Luiz Matoso, por meio da qual manifestou seu interesse na celebração de acordo como forma de viabilizar a extinção do feito;

CONSIDERANDO que, depois disso, já em 25-6-2021, o procurador de Everson Luis Matoso, Dr. Rubens Márcio Pavarin, entrou em contato com a 2ª Promotoria de Justiça de Videira reiterando o interesse na solução do litígio;

CONSIDERANDO que, em 8-7-2021, o Dr. Rubens Márcio Pavarin,

após prontamente empreender diligências destinadas a localizar o réu José Antônio Matoso Neto, encaminhou procuração por meio da qual aquele outorgou-lhe poderes para realização de tratativas acerca da viabilidade de composição deste Termo de Ajustamento de Conduta, cujo objeto é o mesmo inerente à Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079;

CONSIDERANDO que, muito embora o direito discutido na Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079 não admita, em regra autocomposição (artigo 334, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil), entende-se que, diante do interesse demonstrado pelos réus, é possível a tentativa de celebração de ajuste;

CONSIDERANDO, por fim, que em matéria ambiental está sedimentado o entendimento no Superior Tribunal de Justiça de que "**O direito ao pedido de reparação de danos ambientais, dentro da logicidade hermenêutica, está protegido pelo manto da imprescritibilidade, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial à afirmação dos povos, independentemente de não estar expresso em texto legal**"¹;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

I - DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto o adimplemento da indenização cabível em razão dos fatos narrados na peça inaugural da Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079, relativo à prática, por Everson Luis Matoso, José Antônio Matoso Neto e Auto Posto do Vale Ltda., de danos ambientais, consistentes em poluição hídrica causada pelo lançamento de resíduos sólidos e líquidos em desacordo com as exigências legais e regulamentares;

II - DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DOS COMPROMISSÁRIOS

Cláusula 2ª: Os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se ao pagamento

¹ STJ. REsp 1120117/AC, rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, data 10.11.09.

de multa civil no importe de **R\$ 12.556,17** (doze mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos), correspondentes ao valor a que foram condenados na sentença anulada - R\$ 3.495,71 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos) - na Ação Civil Pública n. 0003681-14.2008.8.24.0079, corrigido monetariamente, no período de 29-5-2001 a 31-8-2021, pelo IGP-DI até março de 2006 e INPC a partir de abril de 2006, conforme cálculo anexo.

Parágrafo Primeiro: O valor será dividido em **4 (quatro) parcelas mensais e sucessivas**, cada uma no valor de **R\$ 3.139,04** (três mil, cento e trinta e nove reais e quatro centavos), a primeira com vencimento em **15-10-2021** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Parágrafo Segundo: Os valores serão revertidos ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Estado de Santa Catarina, previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/1985 e na Lei Estadual n. 15.694/1911, e regulamentado pelo Decreto n. 808/2012, do Estado de Santa Catarina, mediante expedição de boletos bancários.

Parágrafo Terceiro: Os boletos bancários referidos no parágrafo anterior serão gerados em sistema próprio e enviados ao endereço eletrônico do procurador dos COMPROMISSÁRIOS: rubens@pavaringrigolo.adv.br.

Parágrafo Quarto: Os COMPROMISSÁRIOS apresentarão os comprovantes de pagamento de cada parcela, mensalmente, ao Ministério Público, de preferência por meio eletrônico (videira02pj@mpsc.mp.br), citando o número de Procedimento Administrativo a ser aberto e encaminhado por *e-mail*.

III – DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 3ª: O descumprimento da obrigação pactuada na cláusula 2ª importará no vencimento antecipado das parcelas pendentes e autorizará o protesto extrajudicial do título, que será acrescido de multa de 2% sobre o valor do débito remanescente, juros de 0,5% ao mês e correção monetária, além de execução judicial imediata deste título executivo extrajudicial.

Parágrafo único: Ficam os **COMPROMISSÁRIOS** cientes de que não serão intimados ou notificados para que prestem esclarecimentos acerca do pagamento das parcelas, recaiando sobre si a responsabilidade de juntar os

comprovantes, cujo silêncio será interpretado como descumprimento da avença.

IV – DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 4ª: A fiscalização das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será realizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio de Procedimento Administrativo a ser aberto, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Videira, o qual será comunicado por *e-mail*.

V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 5ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 6ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª: O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não dar andamento em nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo contra os **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

Cláusula 8ª: Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Órgão Ministerial abaixo nominado submeterá o presente Termo de Ajustamento de Conduta à apreciação judicial, notadamente ao Juízo da 2ª Vara Cível Comarca de Videira, nos termos do § 1º do artigo 27 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Cláusula 9ª: Para fins do disposto no § 5º do artigo 27 do Ato n. 395/2018/PGJ, os **COMPROMISSÁRIOS**, devidamente assistidos pelo procurador abaixo assinado, **ACEITAM** o presente acordo de livre e espontânea vontade e, por

estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985.

Cláusula 10: As partes elegem o foro da Comarca de Videira/SC (1ª Vara Cível) para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Compromisso.

Videira, 16 de setembro de 2021.

[assinado digitalmente]

WILLIAN VALER

Promotor de Justiça Substituto

EVERSON LUIS MATOSO

Compromissário

Pelo Procurador, Rubens Márcio Pavarin

OAB/SC n. 18.433

JOSÉ ANTÔNIO MATOSO NETO

Compromissário

Pelo Procurador, Rubens Márcio Pavarin

OAB/SC n. 18.433

AUTO POSTO DO VALE LTDA

Compromissário

Pelo Procurador, Rubens Márcio Pavarin

OAB/SC n. 18.433

RUBENS MÁRCIO PAVARIN

Advogado

OAB/SC n. 18.433

LARISSA HUGEN

CPF n. 012.642.249-40

Testemunha

JENNIFER BALDISSERA

CPF n. 093.863.819-07

Testemunha